

A Sra. Cristina Tavares — Serei breve, nobre Deputado Waldir Walter. A ARENA, que já foi rebelde, renovadora, apresenta-se agora, quando é decretado o seu funeral, como uma ARENA piedosa. Se não fosse tamanha a falsidade da liderança do Governo em apresentar o projeto oriundo do MDB como excludente das lideranças expurgadas pela Revolução, que chamamos de golpe e que eles defendem durante quinze anos, eu chamaria de grotesca a defesa que a parte mais reacionária do Governo agora faz, ou tenta fazer, em nome dos ex-Governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes. Queria lembrar a esta Casa que os ex-Governadores Miguel Arraes e Leonel Brizola são homens sérios. É preciso que o Partido do Governo os respeite como tal. (Palmas!)

O SR. WALDIR WALTER — Agradeço-lhe o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Lembro a V. Ex^e que dispõe de três minutos para concluir seu discurso.

O SR. WALDIR WALTER — Eu dizia que foi longo o sacrifício para conseguir que o projeto do Governo viesse até o Congresso. É claro que um regime que implantou uma ditadura no País, que decretou pena de morte, banimentos, que torturou, que consumiu um número significativo de brasileiros, que desencadeou sobre seus adversários políticos o maior ódio que a nossa história registra, um regime assim, repito, dificilmente chegaria ao ponto de mandar um projeto de anistia para o Congresso.

Não é característica das ditaduras conceder anistia. A concessão da anistia é uma característica das democracias.

No tempo em que Juscelino era Presidente houve duas revoltas, e imediatamente os revoltosos foram anistiados.

Hoje, os mesmos anistiados daquela época não concordam em anistiar os adversários de um Governo ilegítimo. E eles se rebelaram contra governos legítimos.

Não me consta que o Sr. Francisco Franco tenha decretado alguma anistia durante os seus 40 anos de reinado. Não consta que o Sr. Salazar tenha decretado anistia em Portugal. Não me consta que o Sr. Alfredo Stroessner tenha decretado anistia nos 25 anos de ditadura no Paraguai, onde o Vice-Presidente da República do Brasil participará de festejos e solenidades, possivelmente com o Sr. Anastasio Somoza, que acaba de chegar àquele país.

Não é característica dos regimes totalitários conceder anistia — só concordam com ela quando pressionados. Hoje, então, vamos conseguir parte da anistia que o Brasil reclama, pela pressão de seu povo, e amanhã ou depois haveremos de conseguir o restante.

O regime precisava que o projeto fosse analisado dentro do Congresso Nacional por alguém perfeitamente identificado com seus propósitos. Que me releve o ilustre Deputado Ernani Satyro por essas considerações, mas S. Ex^e era exatamente o homem ideal para ser indicado como Relator dessa matéria, em termos de pensamento governamental. O regime precisava de um Relator como S. Ex^e, o Deputado Ernani Satyro, que aceitou ser delegado do regime autoritário e da ditadura no seu Estado, onde foi Governador nomeado. O Deputado Ernani Satyro, ilustre integrante desta Casa, com quem tenho bom relacionamento, permita-me dizer, era o Parlamentar indicado, e já foi, inclusive, Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Primeiro, julgava os adversários do Governo, hoje vem dar parecer no Congresso Nacional sobre uma anistia que visa a atingir esses mesmos adversários do Governo.

Qual a isenção, qual a neutralidade?

Mas tudo isso é típico do regime. Primeiro, ocupa os mais altos postos nos esquemas de repressão, neste País, e, depois, é nomeado para ser juiz da justiça especial, da justiça autoritária, da justiça que não é Justiça.

O Sr. Bonifácio de Andrade — Não apoiado.

O SR. WALDIR WALTER — Esta é a imparcialidade característica do regime. Não podia, pois, ser outro o parecer do ilustre Parlamentar; ele só poderia concluir com um substitutivo que afastasse da anistia os que cometem crimes contra a humanidade.

Hoje, temos duas humanidades, Sr. Presidente: a verdadeira, integrada por todos os seres humanos que habitam a face da Terra, que acolhem nas principais universidades os perseguidos pelo regime brasileiro; e a humanidade composta somente pelos integrantes do Governo. Esta é uma humanidade que foi criada recentemente. Logo, é crime investir contra ela. Estes aqui não pertencem à humanidade brasileira, estes ninguém sabe onde estão; pertencem à verdadeira humanidade, mas não à humanidade personalizada pelo Gen. Figueiredo e pelos homens que estão no poder e não querem conceder anistia aos adversários do regime. Lamentavelmente, chegamos a isto. Mas tudo se encontra dentro de uma lógica, uma lógica ditatorial, que tem no Par-

lamento uma bancada majoritária que foi eleita majoritariamente, através das cassações de mandatos e através do próprio sistema repressivo...

O Sr. Bonifácio de Andrade — Não apoiado.

O SR. WALDIR WALTER — ... e que certamente vai aprovar o projeto de autoria do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o Deputado Magnus Guimarães.

O SR. MAGNUS GUIMARÃES (MDB — RS) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

“É melhor ser vítima do que autor das injustiças”. “Como posso perder minha fé na justiça da vida, quando os sonhos dos que dormem num colchão de pena não são mais belos dos que dormem no chão?”

(Gibran Khalil Gibran — in “Parábolas”)

Os vencedores são os donos da verdade, até que a verdade histórica seja restabelecida.

Crimes, por certo houve, mas dentro de um contexto revolucionário. Revolucionário, em termos, posto que revolução implica modificação de estruturas, cria nova mentalidade, aprofunda soluções, procura colocar a sociedade em posição de vanguarda, evoluída, adaptada às exigências do mundo contemporâneo. O que não é o caso do movimento político-militar de 1964.

Os vencedores de 1964 que insistem em afirmar terem feito uma revolução continuam na qualidade de vencedores e, portanto, na de juízes. Em consequência, ainda acreditam que exista vencedores e vencidos.

Pode existir justiça, se esta é praticada pelos alvos?

Os alvos podem ser juízes perante a moral, a história e a justiça?

Como anistiar, discriminando?

Como anistiar sem a grandeza dos que, mesmo tendo sido vencedores, compreenderam?

Como anistiar com propósitos tão mesquinhos?

Qual o maior criminoso: o que participou do confronto revolucionário, ou o que erigiu o aparelho repressor para depredar a moral alheia, humilhar o semelhante, seviciá-lo, cassá-lo, bani-lo, matá-lo, corrompê-lo no que tem de mais puro, sua alma e seu coração, lavando-lhe o cérebro? E os desaparecidos?

Aquele que tortura, que manda torturar, ou que permite a tortura, se prevalece da condição de vencedor, utilizando as armas da violência, ao invés da compreensão, do respeito aos direitos humanos e da magnanimidade.

As vítimas permanecerão na cadeia e os agentes do aparelho repressor se esconderão ao abrigo disso que chamam de anistia.

Os agentes do aparelho repressor — que ainda existe — será que acreditam que a história é feita e escrita apenas por eles e determinada por seu tempo? Por que não acreditam que a história é feita e escrita por todos e que é medida por gerações e por séculos?

Será que os que hoje julgam também não serão julgados amanhã?

Gesto de grandeza terá a Oposição permitindo a aprovação de uma anistia que beneficie, ampla, geral e irrestritamente, os torturadores, na suposição de que se mande queimar as salas de tortura e o instrumental da sevícia.

Se o Governo que impôs o golpe militar de 1964 entende de anistiar, dizemos que, nesta quadra terrível da nossa história, o anistiado deve ser ele o Governo — pela incompetência no trato das questões sócio-econômicas e pelo impatriotismo, por ter aberto as portas do Brasil à exploração internacional.

Quando ex-Ministros e Ministros de Estado e importantes personalidades dos altos escalões da República permanecem vinculados a empresas estrangeiras, a elas confiando os segredos na Nação, quando não menos sua experiência de governo, não se pode exigir nada mais nem pedir nada mais ao povo para que os perdoem a incúria, a deslealdade, o impatriotismo, para que, com o gesto, compreendam que é hora de romper os grilhões da escravidão e submissão do Governo e do povo ante potências e empresas estrangeiras, para que se levantem e aprendam a defender o Brasil e os brasileiros.

O Sr. Vilela de Magalhães — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. MAGNUS GUIMARÃES — Tem V. Ex^e um aparte.

O Sr. Vilela de Magalhães — Nobre Deputado Magnus Guimarães, nem 1964 houve vencidos e vencedores, porque atrás daquele movimento estava, sem dúvida alguma, a vontade popular. A prova incontestável é que não houve nenhum movimento de contra-revolução e que, naquela oportunidade, não houve derramamento de sangue. Houve, do período de 1964 até ago-

Agosto de 1979

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Quarta-feira 22 1629

ra, alguns movimentos isolados de terroristas, que tentaram agredir o meio político, social e econômico do Brasil, na busca da mudança e da desestabilização da sociedade brasileira. Se fôssemos generalizar o problema do terrorista, o que ocorreria? Se ele merecesse perdão da sociedade brasileira, teríamos que fechar as portas das cadeias, porque hoje o "trombadinha", o menor abandonado nas ruas, que passa a assaltar e vai, amanhã, transformar-se num criminoso na Baixada Fluminense, em São Paulo, no Paraná, também, é uma vítima da sociedade, não temos dúvida. A sociedade, porém, convencionou que esses elementos devem ser segregados. Mas o "trombadinha" de hoje, um criminoso amanhã, é, na realidade, um injustiçado da sociedade. Pode ser que aqueles mais agressivos do sistema político, os terroristas, sejam, no contexto de justiça da humanidade, uns injustiçados. Na verdade, o terrorista é considerado um segregado social, que não teve oportunidade de ser melhor na sociedade, e, pois, deve ser separado, para que não possa desestabilizá-la. Este é o conceito que tenho de terrorista. Creio que ele tenha até, dentro de sua formação política, alguma coisa de bom, talvez muita coisa de bom. Creio que o seu objetivo maior é a justiça social. Provavelmente seja este o princípio inicial da sua forma de agir. No entanto, ele praticou uma ação que não seria praticada por V. Ex^e, por nós, nem pelos Deputados do MDB que foram cassados, mas puderam voltar a esta Casa, onde, calma, paciente e democraticamente, contestam as ações políticas de um Governo de exceção. Não agiram, porém, de forma a ser segregados pela sociedade. Acredito que o terrorista político possa ter agido de acordo com a sua consciência, e princípio, exata, mas foi um agressor da sociedade brasileira, como é agressor o "trombadinha" das ruas de São Paulo, este, sim, injustiçado, porque não é acolhido por nós, para receber uma formação de forma a não nos agredir. É uma convenção social. Portanto, o projeto do Governo não é uma atitude de justiça plena, pura, mas é uma atitude de justiça política, de uma transição política. Esta a minha observação.

O SR. MAGNUS GUIMARÃES — Agradeço a V. Ex^e o aparte. Devo dizer que, realmente, há mudanças de orientação entre os líderes da Aliança Renovadora Nacional, pois modificaram as suas táticas, a sua estratégia, e passam a defender a volta imediata de líderes políticos cassados, da maior expressão, entre os quais cito, como foi feito, Brizola, Arraes e Julião. É um fato novo na nossa política, porque antes jamais se pensava que alguém, na ARENA, levantasse sua voz generosamente em favor da volta de importantes líderes cassados. V. Ex^e diz que durante o movimento político-militar de 1964 não houve, da parte da população brasileira, uma contra-revolução. O povo se movimentou, naquela época, numa cruzada de reza pelas ruas de Belo Horizonte, a favor do movimento político-militar de 1964. Salvo engano deste modesto e humilde orador, creio que não estou longe das análises feitas no atual momento político brasileiro. Faço uma comparação e me permito tirar minhas ilações. Se antes havia, para com o movimento político-militar de 1964, certa aceitação da classe dominante, tanto é que foi feita aquela cruzada, o que posso dizer a V. Ex^e quando o povo, hoje, se posta nas ruas a clamar por direitos a melhor salário, melhor moradia, melhor calçado, melhor vestimenta? Qual a significação dos movimentos paredistas

— ou de insurreição, como diria V. Ex^e, por certo —, dos movimentos estudantis, dos movimentos dos trabalhadores, dos movimentos dos professores, que vêm às ruas, porque o ambiente onde trabalham, onde estudam, já não mais sustenta o clamor e aquela chama que arde no seu peito? Se a ARENA se podia jactar de que antes havia cobertura do povo à classe dominante, hoje não tem mais. Se tivesse, o povo aplaudiria seu Governo, votaria e escolheria seus governantes para que se modifiquesse o modelo socio-econômico e político. Mas como isto não ocorre — e ocorre justamente o inverso — está aí a realidade brasileira na sua nudez e na sua crueza. Os movimentos que aí estão, no dia-a-dia, provam que o povo está nas ruas, de um lado do rio, e o Governo, onipotente e onipresente, está na outra margem.

Prossigo Sr. Presidente.

Esta a anistia que devia ser processada agora. A outra, a verdadeira, a geral, ampla e irrestrita, essa não é dádiva de governo algum, está na alma popular.

Devemos estar conscientes de que a anistia que vamos votar discrimina odiosamente. É parcial para com os vencidos (nesta etapa histórica) e ampla para os que conspurcaram nossos costumes, corromperam as finanças do erário nacional, lavaram o cérebro de milhares de estudantes, aviltaram o salário de milhões de trabalhadores, negociaram escandalosamente com os preços de nossas matérias-primas e com os produtos agrícolas, permitiram vender grande parte do território nacional e têm aceitado a evasão das nossas riquezas e das nossas reservas morais.

Esta a anistia que vamos votar. Aos vencedores, tudo, até mesmo as condecorações, a fim de que as medalhas que lhes pesam sobre o peito contrabancarem o peso de suas consciências.

Que um dia, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a História se apiede e seja generosa e magnânima com aqueles que — estando no Governo e disposto de toda força e de todas as lei, porque leis fizeram — jamais quiseram compreender, mas que tão-somente comprometeram o Brasil e brasileiros.

Que a História, repito, os comprehenda e que as gerações futuras os perdoem.

Os sentimentos de justiça dos homens do Governo por esse projeto de lei sobre a anistia revelam que são bem menores que os sentimentos de justiça da sociedade nacional.

Apelo, desde já, à Nação para que um dia perdoe e compreenda este Governo vencedor que não teve a grandeza necessária, posto que, pequeno de sentimentos e mediocre no gesto, não foi capaz de pacificar a família brasileira com a anistia ampla, total e irrestrita.

A luta da Oposição continua e a nossa causa é a mesma do povo que grita nas ruas por pão e liberdade!

SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Srs. Congressistas, está findo o tempo da sessão. Havendo ainda inscrições a atender, convoco sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste mesmo plenário, para prosseguirmos a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 30 minutos.)

ATA DA 162^a SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE AGOSTO DE 1979

1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 9^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA E ALEXANDRE COSTA.

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Louival Baptista — Passos Póroto — Jutah Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Querica — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Sal-

danhá Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluízio Bezerra — MDB; Amilcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB — Nossa Almeida — ARENA; Wildy Viana — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.